

# No rumo certo

CORREIO BRASILEIRO

HUMBERTO QUADROS

Economia  
brasil

- 9 DEZ 1985

O Governo Sarney, agora, disse a que veio. O seu pacote "Robin Hood", aprovado pelo Congresso dá a tônica do sentido social com que a administração do Presidente procura identificar-se. E irrecusável evidência o fato de que, pela primeira vez em muitas décadas, o País assiste a um ensaio de redistribuição de renda que contempla substanciais benefícios a dois segmentos fundamentais da sociedade brasileira: os que estão abaixo da linha d'água — os milhões de desassistidos de toda espécie — vão receber, sob a forma de reforço alimentar, um auxílio direto que lhes poderá minorar a gritante carência protéica; os que estão acima da linha d'água — os milhões que têm alguma renda a tributar — terão também substancial redução no imposto respectivo ou simplesmente estarão isentos de sua sofrida contribuição para o Leão.

Esse lado de indiscutível sensibilidade para com as dores do povo junta-se à não menos clara preocupação do Governo em atacar de frente o monstro do déficit público. No "pacote" estão medidas de contenção de despesas do Estado ao lado da redução da mancha produzida pela proliferação de empresas públicas. Com elas, espera o Governo não somente enxugar déficit de suas contas — ele sempre gastou mais do que arrecadou como, ao estimular à privatização de empresas sob seu controle, abrir espaços no

vos à iniciativa privada.

Esse quadro está, pois, bem nitido. Suas linhas mestras são marcadas pela austerdade nos gastos públicos sem que isso implique recessão, bem como o socorro alimentar aos que dele tanto precisam e o alívio financeiro aos que, a rigor, têm apenas o salário como forma de renda.

Para não cair no simples e demagógico distributivismo — que, de resto, seria pago por toda a sociedade com mais inflação — o Presidente arremeteu contra o lucro especulativo de uns poucos poderosos, enquanto toma emprestado de um grupo reduzido mas igualmente ponderável de grandes empresas uma antecipação de receita que se compromete a devolver com correção monetária no tempo devido.

Ninguém se iluda, porém, que essas providências resolverão por si só o dramático atraso em que está o Brasil no rumo da correção de suas iniquidades, sobretudo no que tange às desigualdades sociais e econômicas entre pessoas e regiões do País. Muito, mas muito mesmo, deverá ainda ser feito para que possamos oferecer ao mundo uma face de nação socialmente equilibrada e estável.

De todo modo, a iniciativa do governo Sarney — para a qual certamente muito contribuiu a reconhecida preocupação do Ministro Dilson Funaro com a diminuição daquelas iniquidades — é um passo importante para a

longa caminhada que nos espera. Por isso, novas medidas deverão se suceder sob essa inspiração de justiça social. O povo brasileiro assim o exige em nome do terrível sacrifício a que tem sido submetido, sobretudo nas duas últimas décadas de sufoco e privação.

E, pois, sob a ótica de uma progressiva descompressão social que o Presidente deve examinar a recomposição do seu governo. Todos estão a reclamar a mudança dos ministros, salvo poucas e honrosas exceções. Mas de nada adiantará a simples alteração nominal dos auxiliares diretos de Sarney se, após ela, o Brasil todo não se der conta de que terá havido sensível inclinação da ação governamental em favor dos pobres, e, mais que isso, dos milhões de cidadãos que chafurdam na chamada miséria absoluta.

Somente por esse caminho o governo Sarney encontrará a indispensável base de sustentação pública que lhe ajudará a assegurar estabilidade política junto às forças partidárias do atual Congresso e, sobretudo, do próximo a ser eleito em novembro de 86. As lições do recente pleito nas capitais demonstram que há um enorme contingente social flutuando ao sabor dos apelos de algumas lideranças radicais que, sabendo não ser possível realizar suas miragens na Terra, passam a prometer o reino dos céus a um público despreparado e desesperado.

Tem o Presidente, então, um grave desafio pela frente ao se avizinhar a hora da troca dos atuais titulares de sua equipe de ministros. Um rigoroso critério de seleção deve presidir a escolha dos novos nomes. Cada qual finalmente indicado precisa ser reconhecido pela sociedade como perfeitamente identificado com o posto, além do crédito de confiança de que precisa dispor quanto ao grau de eficiência que dele se espera.

Mas, sobretudo, o que não pode faltar a nenhum ministro é o traço de sua percepção política para a gravidade do momento social que o Brasil vive. E, na esfera de sua competência, contribuir sem perda de tempo para a remoção dos obstáculos para que, afinal, se procura no País a suficiente dose de justiça social capaz de afastar de vez, o fantasma do radicalismo estéril dos que, em nome dessa mesma justiça, na verdade desejam suprimir o regime de liberdade política e econômica que mal começamos a praticar agora.

Em que pese o oceano de dificuldades a vencer, o presidente Sarney está, indiscutivelmente, no rumo certo e dele não há por que se afastar. O tempo, entretanto, corre contra ele. Daí, a urgência com que deve operar as mudanças fundamentais na estrutura social do País, a fim de que a democracia entre nós seja não uma planta raquítica e frágil, mas uma robusta e frondosa árvore de raízes bem fundas.